

BILINGUISMO DE SURDOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Andreia Cristina Ramos de Santana¹

Rosa Monteiro²

RESUMO

Esse artigo trata de uma pesquisa bibliográfica em duas bases de dados, Google Acadêmico e Periódico Capes. Com o objetivo de investigar as produções acadêmicas acerca da temática Bilinguismo de Surdos na Educação Infantil, as produções científicas pertinentes ao tema estão datadas entre 2007 à 2020, com vasta lacuna existencial de material referente ao referido tema. Há sincronia entres os artigos relacionados na defesa da metodologia bilíngue e seus benefícios para a criança surda na Educação Infantil. Conclui-se que existe uma carência importante de estudos sobre o tema. Aspectos como uma linha metodológica para a inserção do ensino Bilíngue, bem como o déficit de profissionais capacitados para o atendimento bilíngue da criança surda, também foram dados relevantes para explicar a dificuldade do Bilinguismo de surdos na primeira infância. Por fim, é evidente afirmar que o não oferecimento da libras como primeira língua, na metodologia bilíngue dificulta a aquisição da linguagem da criança e não lhe dá o direito de identificação quanto sujeito surdo pertencente a uma comunidade surda, que precisa ser inserida na sociedade como um todo.

Palavras-chave: Bilinguismo de surdos na educação infantil. Libras na educação infantil; educação infantil de surdos. Bilinguismo de surdos infantil. Crianças surdas. Educação infantil e surdez. Bilinguismo de surdos. Educação Infantil de surdos. Bilinguismo na Educação Infantil.

1. INTRODUÇÃO

As diversas áreas do saber são fascinantes e intrigantes em suas complexidades. O ser humano, um dos principais objetos de estudo da educação, torna-se mote de interesse quando se trata de suas particularidades. Meu interesse acerca do ser humano em uma perspectiva integral, com suas diferenças e semelhanças me trouxeram a este artigo. Sou Bacharel em Teologia, Educadora Infantil pelo curso Normal, e ainda Técnica em Enfermagem enfrentando a COVID. Tendo duas pessoas com surdez no convívio familiar, meu esposo e minha filha, ambos com surdez profunda no ouvido direito, essa temática me provoca de maneira particular.

¹ Graduanda do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras – UFLA, Bacharel em Teologia FABAPAR e-mail: andreialorena@htomail.com.

² Doutora em Psicologia do Desenvolvimento Humano e Educação (UnB). Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF).

Nesse sentido, para compreender melhor sobre a surdez, e decidi me debruçar na temática deste artigo, que versará sobre o Bilinguismo de Surdos na Educação Infantil.

A surdez pode ser caracterizada como uma dificuldade ou impossibilidade de ouvir. Segundo Moraes (2019), as causas podem ser várias, desde surdez genética a surdez ocasionada por medicamentos ototóxicos³, ou ainda, complicações e doenças durante a gestação. Desse modo, a surdez pode apresentar diferentes graus de acometimento, a saber: surdez profunda, leve; bilateral ou unilateral, e, ainda, surdez mista, por exemplo. Mas é na dimensão cultural, na forma em como o sujeito se constitui e se significa, que percebemos as nuances das peculiaridades do que é ser uma pessoa surda, Monteiro (2020).

Uma das características de pessoas surdas, é a modalidade de comunicação utilizada. Temos pessoas surdas bilíngues, surdos oralizados, surdos que só falam língua de sinais, surdos com implante coclear e que também sinalizam. Essa compreensão da surdez é necessária para que possamos pensar em como colaborar para que o surdo possa se desenvolver. O que vai chamar nossa atenção em específico neste artigo, é a constituição bilíngue da pessoa surda, e, para isso, faremos o recorte do campo educacional da Educação Infantil. Afinal, o que se tem produzido sobre o bilinguismo de surdos na Educação Infantil?

O bilinguismo pode ser definido como a coexistência de dois sistemas linguísticos diferentes (língua, dialeto, fala etc.) numa coletividade, alternativamente pelos falantes segundo exigências do meio em que vivem, ou de situações específicas. Ou o uso concomitante de duas línguas por um falante, ou grupo, com igual fluência ou com a proeminência de uma delas. No caso do bilinguismo dos surdos, as línguas que atuam no cenário, são de modalidades distintas: uma, é visuogestual, ou visuoespacial, a língua de sinais, e, a outra, é oral-auditiva, que é geralmente a língua majoritária falada. Considerando as especificidades de seu desenvolvimento, o bilinguismo surge como uma proposta educacional mais adequada, que visa desenvolver a competência nas duas línguas.

O bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita. Skliar et al. (1995) defendem que o reconhecimento dos surdos enquanto pessoas surdas e

³ Medicamentos ototóxicos são aqueles que podem causar danos ao sistema coclear (auditivo) devido às substâncias químicas.

da sua comunidade linguística assegura o reconhecimento das línguas de sinais dentro de um conceito mais geral de bilinguismo (QUADROS, 1997, p. 27).

Segundo Lacerda (1998), o modelo de educação bilíngue tem como objetivo o desenvolvimento cognitivo-linguístico da pessoa surda a partir de sua língua de maior conforto, que neste caso é a língua de sinais, e, se contrapõe de forma radical ao modelo oralista e à comunicação total. O Bilinguismo considera o canal visual fundamental na aquisição da língua e ainda defende um espaço efetivo no sistema educacional para a língua de sinais. A proposta é ensinar as duas línguas, sendo a língua de sinais como a primeira língua e a língua oral na modalidade escrita, mantendo as características próprias de cada língua, sem que se misturem.

Nesse sentido, reconhecer a libras como primeira língua do surdo e viabilizar a construção de espaços bilíngues de educação são a revolução para se romper barreiras discriminatórias em relação ao uso da língua para a comunidade surda. (LACERDA, 1998).

No Brasil no ano de 2002 a partir do reconhecimento da língua brasileira de sinais pela lei 10.436 a Libras passou a ser respeitada como língua oficial da comunidade surda brasileira. Mas, foi o Decreto 5.626 que regulamentou a Lei 10.436, defendendo a Libras como língua de instrução para educação inclusiva bilíngue (BRASIL, 2002). Dando o direito a formação inicial das crianças surdas na educação bilíngue, propondo formação de professores e políticas inclusivas na perspectiva bilíngue Lacerda, Albres e Drago (2013) destaca a autonomia digna da educação bilíngue para o surdo:

Apenas por meio da educação bilíngue os surdos terão possibilidade de uma educação que os respeite em sua particularidade/especificidade linguística e, portanto, a única que permitirá um agir social de forma autônoma a partir de uma formação digna e de respeito à sua diversidade (LACERDA; ALBRES; DRAGO, 2013).

As escolas ofertantes de educação bilíngue ainda são poucas no Brasil, mas já com grandes resultados na garantia da educação equitativa no processo de inclusão. São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo (BRASIL, 2002).

A recente iniciativa da popularização da educação bilíngue ainda não alcançou patamar de excelência mais está seguindo seu curso com conquistas. Todas as ações pedagógicas

precisam ser embasadas em legislações que fomentem as necessidades da comunidade surda em relação ao letramento e suas necessidades.

A questão do acesso à língua de sinais é premente no atendimento educacional à criança surda. Qualquer ação pedagógica precisa considerar sua condição linguística e oferecer a Libras (língua brasileira de sinais) como forma de acesso. Contudo, isso não é observado em várias experiências escolares em cujas salas de aula atuam profissionais com domínio parcial de Libras (LACERDA; ALBRES; DRAGO, 2013).

Para Skliar (1999) é necessário discutir a educação bilíngue não só na legitimidade do desenvolvimento educacional do surdo, mas também de forma política. O “político” como construção histórica, cultural e social, e o “político” entendido como as relações de poder e conhecimento que atravessam e delimitam a proposta e o processo educacional. Essa necessidade expressa a história construção linguística de uma minoria no Brasil.

Lodi (2000, p.6) destaca no Decreto nº 5.626/05, algumas ações fundamentais para a educação bilíngue, além do reconhecimento legal da Libras.

A inclusão, nos currículos dos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia, de uma disciplina voltada ao ensino dessa língua; a formação e a certificação dos profissionais envolvidos nos processos escolares de surdos (professores, instrutores e tradutores/intérpretes); o ensino da língua portuguesa como segunda língua; e a necessidade da organização do sistema de forma a contemplar a educação bilíngue no ensino regular. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05 (LODI, 2000, p. 6).

O decreto ainda versa sobre a preocupação em diferenciar os anos iniciais de escolarização dos finais, respeitando, assim, o desenvolvimento, as especificidades nos processos de ensino-aprendizagem e formação continuada de professores para atender as demandas da oferta da educação bilíngue.

A minoria linguística representada pela comunidade surda no Brasil lançou através de seus representantes mais graduados e doutores surdos uma Carta aberta ao Ministro da Educação em 2012, que defende veementemente a educação bilíngue, indicando o respeito oferecido por este modelo de educação, onde o surdo encontra atendimento em suas diversidades favorecendo a democracia, no direito da comunidade surda na manutenção da escola bilíngue para surdos e o da escola inclusiva bilíngue (LACERDA, 1998).

Com o objetivo de iniciar os estudos sobre o bilinguismo de surdos a partir da primeira etapa de escolarização, esse artigo tem como objetivo investigar na plataforma CAPES e na plataforma Google Acadêmico através de levantamento bibliográfico, quais são as produções sobre do bilinguismo na Educação Infantil no Brasil, no período de 2006 até a atualidade. Foram utilizados os seguintes descritores: bilinguismo de surdos na educação infantil; libras na educação infantil; educação infantil de surdos; bilinguismo de surdos infantil; crianças surdas; educação infantil e surdez. Veremos primeiramente, os resultados da busca na plataforma CAPES, que resultou em escassas produções sobre a temática, e, em seguida, os resultados da plataforma Google Acadêmico.

2. Pesquisas sobre Bilinguismo na Educação Infantil na plataforma CAPES

A maioria das pesquisas encontradas na base CAPES, não tratam especificamente do Bilinguismo de Surdos na Educação Infantil, mas versam sobre a importância da educação bilíngue nessa etapa.

A pesquisa de Alves e Frassetto (2015) analisou a produção científica sobre a importância da Libras e o desenvolvimento de pessoas surdas, disponível em bibliotecas virtuais no período de 2000 a 2013. As autoras realizaram análise a partir da abordagem qualitativa, com técnicas de leitura e roteiro, obedecendo às etapas de reconhecimento, exploração, seleção, reflexão e interpretação.

Apesar da pesquisa não se deter somente a crianças e a educação infantil, traz abordagem significativa quanto à necessidade de expor a pessoa surda ainda na primeira infância a libras, observando as dificuldades do adulto surdo no processo de alfabetização tardia.

Quanto ao ano de produção de trabalhos observou-se uma maior concentração no ano de 2006, seguido nos anos de 2001, 2008 e 2012, sendo que nos anos de 2002, 2004, 2007 e 2009 nenhum trabalho relacionado ao tema foi encontrado.

Os resultados da produção científica selecionada, relatam que a importância da aquisição da língua é central para o desenvolvimento do psiquismo dos indivíduos. E que para a criança surda, é imprescindível o contato com a língua de sinais o mais cedo possível para que, se desenvolva plenamente, enfatizando a importância do bilinguismo desde a Educação Infantil.

Destaca-se também a importância do papel da família na construção do sujeito e na busca pela emancipação da comunicação da criança. Para investigar este assunto, Alves e Frassetto (2015), entrevistaram no total de 10 mães de surdos. Avaliaram entre outros pontos, como o diagnóstico de surdez foi absorvido pela família, e quanto do conhecimento a família tinha sobre a surdez, crenças e preconceitos “o estudo concluiu que o diagnóstico de surdez é uma experiência que altera não somente o sentimento de mãe como também o funcionamento intersubjetivo de todos os elementos da família” (ALVES; FRASSETTO, 2015, p.4).

Com base no levantamento bibliográfico realizado nas bibliotecas virtuais e com a entrevista a estas mães, as autoras chegaram à conclusão de que a língua é essencial para o desenvolvimento da criança, e proporcionar este contato à criança nos primeiros anos de vida favorece sua comunicação. Dentro desta abordagem verifica-se a necessidade de que a educação infantil se reformule em aspectos bilíngues para atender as necessidades das crianças surdas. Observou-se também a carência de produção científica sobre o assunto e que “há uma lacuna de conhecimento que precisa ser preenchida em relação a importância da língua brasileira de sinais frente ao desenvolvimento de pessoas surda” (ALVES; FRASSETTO, 2015, p.4).

Especificamente sobre a o bilinguismo na Educação Infantil, Marques, Barroso e Silva (2013) abordaram em sua pesquisa considerações teóricas a respeito do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na educação infantil como recurso na mediação entre crianças ouvintes e surdas e seu impacto sobre o desenvolvimento humano sob a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural através de investigação bibliográfico-conceitual entre nos anos de 2011 e 2012.

As pesquisadoras destacaram que ao adentrarem no conteúdo próprio da Educação Infantil, mesmo que pesquisa defenda, entre outras abordagens do tema, a educação bilíngue para surdos e ouvintes, “não há previsão de ensino, para os alunos ouvintes, da língua brasileira de sinais (Libras), mesmo em situações de matrícula de alunos surdos usuários da Libras nas turmas de educação infantil”. E fortaleceram a ideia de que o ensino da Libras neste viés favoreceria a aprendizagem e desenvolvimento de ouvintes e surdos sob a justificativa que o ensino permitirá multiplicar o número de interlocutores da língua (MARQUES; BARROSO; SILVA, 2013, p.04).

Na sua conclusão, as autoras abordam a necessidade de uma aproximação real entre a legislação com o que é implementado no âmbito educacional. Além de notar o despreparo da

comunidade escolar para acolher pedagogicamente o aluno surdo. Lembramos que a partir do Decreto- Lei 5.626/2005 ficou estabelecido que a Libras constitui-se como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores, nos cursos de Fonoaudiologia e nas licenciaturas em geral (BRASIL, 2002). Marques, Barroso e Silva (2013) citam na pesquisa um caso bem-sucedido acontecido em 2012 em uma unidade de Educação Infantil onde a abordagem do ensino das libras para crianças surda e ouvintes possibilitou uma melhor interação, após alguns dias de aula observou-se que houve um significativo aumento do uso da Libras. Neste contexto as autoras, abordaram a Libras como um jogo, o que de forma lúdica facilitou a aprendizagem “Por meio do brinquedo, a criança realiza atividades que lhes são impossíveis no plano real.” As autoras consideraram que a libras promovem o desenvolvimento psicomotor, de forma significativa e contextualizada.

Com base nas pesquisas pode-se constatar que o desenvolvimento da criança surda na educação infantil e a prática bilingue estão intimamente relacionados, sendo o caminho mais indicado para se ter uma escola verdadeiramente inclusiva.

Reafirmamos, ainda, a expectativa ética de que os centros de Educação Infantil assumam o compromisso de oportunizarem ao aluno surdo as condições para que se dê o processo de hominização, como resultado da apropriação de conteúdos escolares em língua de sinais, e que para o aluno ouvinte se descortinem novas oportunidades de aprendizagem por meio do acesso ao maior patrimônio da comunidade surda brasileira: a língua brasileira de sinais. Entendemos que o ensino da Libras na educação infantil é uma medida que pode verdadeiramente favorecer a consolidação de uma escola inclusiva (MARQUES; BARROSO; SILVA, 2013, p.7).

A criança surda tem suas características e necessidades infantis como as crianças ouvintes, precisam se socializar, precisam estar inseridas com o vocabulário ao qual pertencem e precisam iniciar sua socialização no âmbito escolar, nesta perspectiva do desenvolvimento da linguagem da criança surda deve ser observado sobre a ótica de um desenvolvimento integral, e não, dicotomizado.

Ainda sobre Bilinguismo de Surdos e a Perspectiva Histórico-Cultural, Araújo e Lacerda (2008), desenvolveram um estudo sobre as esferas simbólicas da linguagem na abordagem bilingue no desenvolvimento da criança surda.

Os sujeitos da pesquisa foram duas crianças surdas do sexo masculino, com faixa etária de 9 e 10 anos, respectivamente, com diagnóstico audiológico de surdez profunda bilateral e queixa de atraso do desenvolvimento de linguagem. Ambas estudavam na mesma sala de 2ª

série do Ensino Fundamenta, em uma escola pública integrante de um programa de inclusão de educação bilíngue. Usuários tardios da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e filhos de pais ouvintes, os meninos estavam se apropriando desta língua ao mesmo tempo em que eram solicitados a aprender o Português na modalidade escrita.

O trabalho foi desenvolvido no Setor de Surdez de uma Clínica-Escola de Fonoaudiologia no interior de São Paulo, ao longo de um ano, compreendendo tanto o atendimento clínico-terapêutico quanto a participação em Oficina de Libras, em sessões semanais de sessenta minutos cada. A construção dos dados envolveu exame dos conjuntos de vídeos das crianças focais e seleção de episódios de interesse a presente discussão, explorando os aspectos da inter-relação das atividades simbólicas (gesto, narrativa, desenho, escrita, língua de sinais) e os modos como esta inter-relação incidiu sobre tentativas de produção e apropriação da linguagem escrita pelas crianças surdas.

Na discussão observou-se que a maioria dos profissionais, mesmo com o diagnóstico precoce de surdez das crianças, indicam a protetização e oralização, retardando ainda mais o contato da criança com sua língua de primária: “Nesse contexto, a maioria das crianças surdas chega à escola sem oralidade e sem Libras, prejudicando e dificultando a aquisição da leitura e escrita do Português” (ARAUJO; LACERDA, 2008). Porém, a pesquisa se deu na Clínica-Escola de Fonoaudiologia no interior de São Paulo onde se trabalha com a abordagem bilíngue priorizando a aquisição da língua de sinais, português na modalidade escrita e se possível, a oralidade.

A partir da abordagem Histórico-Cultural as autoras embasa sua pesquisa com os elementos mediadores na relação entre o homem e o mundo - instrumentos, signos e todos os elementos do ambiente carregados de significado cultural - são fornecidos pelas relações entre os homens. Apresenta o desenvolvimento da linguagem escrita com raízes na interação social, portanto constata-se que “Os conhecimentos e habilidades são construídos a partir de relações interpessoais (plano interpsíquico) e depois são internalizados e transformados ao nível intrapessoal (plano intrapsíquico)” (ARAUJO; LACERDA, 2008). O surgimento do gesto como signo visual depois a descoberta da possibilidade do desenho e de desenhar os objetos a sua volta e em seguida a fala fazem parte do processo de significação da criança. As atividades simbólicas abriram espaço para a consolidação de signos (da significação), que por sua vez, favoreceram a emergência da Libras (maior consolidação) e os primórdios da escrita. Pela

mediação simbólica/ semiótica e interação social, pensamento, linguagem e conhecimento foram constituídos.

Na pesquisa observou-se que os profissionais que atendem as crianças com diagnóstico precoce de surdez seguem majoritariamente o referencial oralista. Segundo Araújo e Lacerda (2008), a maioria dos profissionais (90%) analisados na pesquisa, indicam a protetização e o trabalho com a oralização. Na busca para reverter este quadro, profissionais da área de saúde e educação tem investido na abordagem bilíngue, priorizando a aquisição precoce da língua de sinais, para posterior trabalho com a escrita ou oralidade (quando possível).

Neste contexto, as pesquisadoras concluem que os profissionais da saúde e da educação são interessados no desenvolvimento da linguagem da criança surda eles entendem que as atividades simbólicas consolidam a construção do universo histórico e cultural da criança. As pesquisadoras argumentam a importância da língua de sinais e da atividade do desenho, como recurso sógnico, que possibilita alcançar aspectos psicossociais através do desenvolvimento cognitivo e linguístico a partir do bilinguismo.

Acerca do desempenho linguístico em língua de sinais, a pesquisa de Ferreira, Dornelas, Teófilo e Alves (2012), investigou o desempenho de crianças surdas usuárias da Língua Brasileira de Sinais em teste de vocabulário expressivo, visando esclarecer o processo de aquisição lexical de crianças entre os grupos etários (4 anos a 4 anos e 11 meses, 5 anos a 6 anos e 11 meses, 7 anos a 8 anos e 11 meses). Para isso, foram utilizados testes de Linguagem Infantil ABFW – Vocabulário. As respostas foram classificadas em designação do vocábulo usual (DVU), não-designação (ND) e processo de substituição (PS), de acordo com a proposta da autora da prova. Para comparar os tipos de respostas fornecidas pelas crianças dos diferentes grupos etários em cada campo conceitual. Com metodologia transversal, com crianças surdas usuárias da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) sendo o grupo de estudo; e crianças ouvintes – grupo controle; com idades entre 5 e 8 anos.

As autoras, observaram a escassez literária e científica abordando a aquisição e desenvolvimento do vocabulário da criança surda. Na conclusão observou-se que as crianças surdas tiveram desempenho abaixo do esperado para a idade na maioria dos campos semânticos. Muitas foram as causas, mas todas norteavam para a lacuna da educação bilíngue desde a primeira etapa de escolarização para facilitar a aquisição do vocabulário. As do grupo de controle tiveram resultados dentro do padrão esperado podendo ser explicado pela intervenção e exposição precoces a partir da modalidade de comunicação escolhida, o que favorece a

aquisição lexical. As crianças que tiveram acesso a libras na primeira infância também conseguiram resultado esperado: “as crianças deficientes auditivas que recebem intervenção precoce, principalmente durante os primeiros anos de vida, demonstram melhores desempenhos de linguagem do que aquelas estimuladas tardiamente” (FERREIRA et al., 2012).

Gonçalves (2017), objetivou analisar o perfil histórico-cognitivo de pessoas surdas, estudantes universitários, por meio dos relatos vivenciados por eles, na escola, na família e na comunidade que implicam nos processos de aprendizagem que envolveram a aquisição da Libras de alunos surdos. E identificar experiências e fatos emocionais ocorridos no processo de aprendizagem da Língua de sinais por estudantes surdos durante seu processo de escolarização. A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa do tipo analítica com cinco surdos, estudantes da universidade Federal do Pará e da Universidade Federal do Oeste do Pará.

Os universitários surdos encontravam-se na faixa etária de 15 a 29 anos. Eles perderam a audição, respectivamente, entre dez meses e oito anos de idade e não sabiam fazer uso da Língua Portuguesa escrita. Tapajoara e Docinho tiveram contato com a Língua Portuguesa oral, mas, depois do contato com a Língua de Sinais fizeram a opção de conhecê-la melhor e usá-la. Por outro lado Manauara e Miriti, não tiveram nenhuma forma de memória auditiva pelo fato de terem nascido surdos (GONÇALVES, 2017).

Nesse sentido, Lane (1992) descreve o contato imediato com a Língua de Sinais seria necessário, e, quando bebê, deveria ocorrer a estimulação precoce.

Quanto mais tarde for a idade em que a criança assimila a Língua de Sinais, menor será a sua capacidade. As crianças Surdas congênicas e privadas da Língua durante a infância tem mais dificuldade de aprender posteriormente a Língua de Sinais do que as crianças ouvintes (LANE, 1992, p. 206).

Por meio do questionário semi-aberto foi possível chegarmos ao mapa mental do perfil histórico e cognitivo dos sujeitos surdos, que trouxe características significativas acerca de cada um. destaque do perfil histórico e cognitivo dos sujeitos foram identificados como: 1) Reações da descoberta da Surdez; e 2) A aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais – Libras. A construção histórica de cada sujeito perpassou pelas lembranças vinculadas às memórias da infância. A construção cognitiva se relaciona diretamente pela aprendizagem da Língua de Sinais, adquirida por meio do contato com as comunidades Surdas e ainda na escola, no final do primeiro nível de escolarização (Educação Básica). As línguas utilizadas por eles se aproximam do bilinguismo, uma vez que fazem uso com frequência da Libras como primeira

língua, e da Língua Portuguesa escrita como segunda língua. a) As reações do sujeito surdo - Os mais comuns foram os sentimentos de isolamento, tristeza, desespero e chateamento. Os “obstáculos comunicacionais”, usar de artifícios, tal como o isolamento, dentro de seu grupo parental.

[...] dentro de casa era muito difícil [...] no início eu não sabia que era surdo [...] só olhava o movimento dos lábios da minha família, mas não entendia nada [...] foi muito difícil, quando soube que era surdo [...] eu me sentia muito sozinho e triste dentro de casa [...] (Miriti) (GONÇALVES, 2017).

Streiechen et al. (2011) afirmam que a aquisição da língua de pessoas surdas se inicia precocemente e ocorre assim que a mesma passa a se relacionar com o seu meio, principalmente com as pessoas próximas a elas, no caso dos sujeitos surdos, em contato com a Língua de Sinais. A Língua de Sinais se desenvolve muito mais rápido na criança surda quando esta é filha de pais também surdos, pois a aquisição dessa língua acontecerá naturalmente, tendo em vista que é própria de sua cultura, portanto flui de forma muito mais rápida do que a Língua Portuguesa oral, oriunda de pessoas de cultura ouvinte.

Entre os entrevistados, o estudante surdo que iniciou tardiamente a aprendizagem em Libras foi Miriti, o qual passou a ter contato com a Língua de Sinais por volta dos dezenove anos de idade. Nessa idade, Miriti já se encontrava no Ensino Médio. Antes disso, sua forma de comunicação era a mímica, muito usual entre sua família. No que se refere ao fato de ter nascido surdo, nos chamou atenção este relato, no qual ele comenta ter enfrentado barreiras de comunicação em casa.

Meus pais me chamavam para conversar, mas usavam mímica, pois eles não sabiam libras. Me ajudaram muito pouco na infância com relação ao uso da Libras, era só mímica, e senti isso como problema. Meus pais escreviam no papel o que eles queriam saber, mas eu não conhecia direito, eles me ensinavam a escrita da Língua Portuguesa e ficavam preocupados porque eu não entendia nada. [...] Passaram os anos eu sempre esperava um professor, e que meus pais me explicassem em Libras, mas nada acontecia. Ficava sempre muito sozinho, foi um problema. Anos após anos os professores só explicavam, e eu copiava as palavras, mas sem entender o seu significado. Eu perguntava e ninguém me entendia. A cada ano só tirava nota baixa e reprovava (Miriti) (GONÇALVES, 2017).

Para esse estudante surdo, as dificuldades foram imensas. Miriti, está no grupo, dentre muitos surdos, que não tiveram o acesso à Libras na idade certa. Segundo Harrison (2014, p.37),

o que ocorreu nesse período foi o “desenvolvimento de uma comunicação gestual caseira utilizada para fins de satisfação das necessidades e relatos dos acontecimentos familiares”.

No que diz respeito ainda ao uso da Libras na escola pelos sujeitos, apenas Tapajoara teve a oportunidade de ter o contato com a estimulação precoce na Educação Infantil. Manuara e Muiraquitã começaram esse processo a partir do 6º ano. Já Docinho e Miriti iniciaram o contato e aprofundamento da Língua Brasileira de Sinais no Ensino Médio.

Não há uma proposta que, de fato, valorize a comunicação natural das pessoas surdas. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão (2008) e ainda o Decreto Nº 7.611/2011 estabelecem que para atender esse modelo de escola inclusiva, o chamado Atendimento Educacional Especializado (AEE), resolveria o problema com práticas e atividades que garantiriam a complementação da comunicação.

Vale ressaltar que o percurso de suas vivências na escolarização, bem como de suas memórias do passado, revelou, variados momentos que apontaram denúncias e enfrentamentos decorrentes dos processos de exclusão. A atuante presença de pessoas surdas na reconstrução de uma nova escola para elas, com o objetivo de fazer a diferença, seja na escola dita inclusiva, seja na escola/classe específica para pessoas surdas. Esse estudo nos deixou com outros questionamentos sobre esse grupo social, tais como, o mercado de trabalho para surdos; o trabalho dos professores surdos nas Educação Básica e no ensino superior; a relação dos alunos ouvintes matriculados em escolas bilíngues para surdos. Demonstram uma aprendizagem tardia da Língua de Sinais. A família esteve longe desse processo de construção pois, como posto acima, a maioria deles buscou a aprendizagem da Libras em outros ambientes, menos na própria casa com o apoio dos pais.

Nesse sentido, a família ainda é o espaço que precisa de orientação, no que diz respeito à chegada de um filho com surdez. Essa ação poderá propiciar o uso da Libras, o mais cedo possível, e assim diminuir o isolamento familiar para com os sujeitos surdos, do uso da Língua de sinais, como identificação de uma cultura surda que percebe ao longo de suas experiências de vida familiar e escolar, que a Libras se manifesta como a melhor opção para o processo de aprendizagem na escola e nas interações entre surdo-surdo e surdo-ouvinte que conhece a língua de sinais. O contato com outros surdos e professores fluentes na Libras proporcionou aquisição e aprimoramento da língua de sinais, apontada como sua língua de instrução com aproximações do bilinguismo.

Há uma lacuna no processo de escolarização do surdo, o acesso a Libras geralmente tardio, influencia no desenvolvimento do sujeito desde a primeira infância, quando este não é atendido em suas necessidades nem na família nem na Educação Infantil. Um dos métodos encontrados de equiparação foi à inclusão.

Neste contexto Streiechen, Krause-Lemke, Oliveira e Cruz (2017) apresentam sua pesquisa com o objetivo de discutir a inclusão de surdos em salas de aula de escolas comuns, em uma perspectiva educacional inclusiva. O levantamento bibliográfico foi a partir de 2002 até oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) por meio da Lei 10.436 até 2014, por ocasião do ‘Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa’. Apresenta as metodologias do bilinguismo e da pedagogia surda como propostas que respeitam a diferença linguística e cultural dos surdos.

A pesquisa aponta, que embora a metodologia escolhida pela comunidade surda seja a pedagogia surda; onde a comunidade surda entende que os alunos surdos devem ter professores surdos, as leis e diretrizes para o atendimento da criança surda é elaborada em sua grande maioria por ouvintes, pois, “ao tomarem uma iniciativa destinada a beneficiar pessoas que não ouvem, acabam caindo na malha de sua própria rede, ao não levar em consideração as reais necessidades de uma pessoa que não ouve” (STREIECHEN et al, 2017, p.09). Os autores apontam que o bilinguismo foi também sugerido como melhor metodologia para trabalhar com a comunidade surda. Além de salientar que é imprescindível o avanço no diálogo sobre as contradições entre os documentos reguladores e as práticas realizadas nas escolas.

Outra pesquisa, ao analisar na prática a conduta da pedagogia escolar em relação ao ensino do surdo, Calixto e Ribeiro (2016) partir de uma perspectiva histórica, pesquisou a educação de surdos no município de Duque de Caxias, RJ, especialmente em termos do atendimento educacional com o objetivo de analisar o processo de constituição da educação de surdos em Duque de Caxias e específicos: apresentar os principais marcos da educação especial; e descrever o processo de organização da educação de surdos no município. A pesquisa percorre os marcos da educação especial. Em apresenta as principais legislações e as consequentes políticas voltada a educação especial e educação de surdos. E descreve os principais momentos, a partir do início do atendimento educacional especializado para surdos nesta rede municipal de educação de Duque de Caxias-RJ, no qual vamos nos ater.

Com base em todos os marcos da educação especial, suas legislações e políticas de educação para surdo o município se pautou na compreensão de que principalmente na educação

infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental a escola ou classe deveria ser organizada em com educação bilíngue, de forma que este espaço proporcione o desenvolvimento das competências linguísticas das crianças surdas (CALIXTO; RIBEIRO, 2016). A visita de Carlos Skliar foi fundamental para a adoção da abordagem bilíngue, além de levar a reflexão de diversas práticas presentes na rede. Em 1999, Skliar deu palestra para toda a rede com autorização da SME foi criado o Programa de Educação de Surdos por meio da perspectiva bilíngue, e seguindo os seguintes preceitos: desenvolvimento das potencialidades para aquisição e desenvolvimento da língua de sinais como primeira língua; identificação das crianças com seus pares surdos; desenvolvimento das estruturas e funções cognitivas visuais; desenvolvimento de uma vida comunitária e de processos culturais específicos; participação dos surdos no debate linguístico, educacional e cidadania (SKLIAR, 1999).

Programa de Educação de Surdos da SME de Duque de Caxias considerado pelos pesquisadores de vanguarda, em 2015 atendeu com educação bilíngue, na Educação Infantil e no Primeiro seguimento do Ensino Fundamental 94 alunos, e no segundo seguimento do Ensino Fundamental 89 alunos, totalizando 183 alunos atendidos em 2015. Porém a pesquisa não traz a prática da abordagem na educação infantil, somente esse dado quantitativo. Mas demonstra uma possibilidade real de atendimento para as crianças surdas com a metodologia bilíngue na educação infantil.

A problematização da oferta literária não é redundante neste artigo, é um alerta quanto a necessidade de pesquisa neste véis já que existe uma legislação que convoca o educador a atender seu aluno surdo a partir da Educação Infantil. Observando a temática da preparação docente em responder Decreto 5.626/05 em relação à formação de professores bilíngues nos anos iniciais, Conceição e Martins (2016), analisam se a proposta curricular direciona a reflexão do ensino e da aprendizagem de pedagogos para uma atuação em salas língua de instrução Libras. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com investigação do tipo descritiva de cunho documental com base em recortes no trabalho de conclusão de curso de pedagogia na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). As pesquisadoras trazem a história da educação de surdos e seus dilemas em relação à política de educação inclusiva e as contradições da perspectiva trazida pelos movimentos surdos e o Decreto 5.626/05 que é norteador da proposta bilíngue defendida pelas pesquisadoras (BRASIL, 2002).

As pesquisadoras exemplificam a possibilidade real da escola bilíngue, são as escolas-polo são escolas com metodologia diferenciada, regulares ou escolas comuns da rede pública

de ensino, da Educação Infantil, do Ensino Fundamental I e II e EJA que valoriza a entrada do surdo e da língua de sinais. São escolas que vão além da inclusão escolar com os alunos surdos, oferece aos funcionários especializados para esse atendimento, estrutura de funcionamento na qual “a Libras se coloca como língua de instrução e não instrumento de apoio escolar” (CONCEIÇÃO; MARTINS, 2016, p. 8). A escola contava com docentes bilíngues nos anos iniciais, ou educação infantil e ensino fundamental I, docentes bilíngues de ensino de português com segunda língua nos anos finais ou ensino fundamental II, intérpretes de língua de sinais e instrutores surdos.

As pesquisadoras observam a necessidade de se apresentar professor bilingue na educação infantil.

Essa temática é relevante, pois na defesa de sua existência, há que pensar a promoção de formação de pedagogos que atendam esses espaços de ensino na educação infantil e no ensino fundamental I. Considerando que nos anos iniciais não é adequado o ensino mediado pela atuação de intérpretes educacionais e sim por meio de professores bilíngues em salas com instrução pela Libras (CONCEIÇÃO; MARTINS, 2016, p. 10).

Para pensar em Bilinguismo na Educação Infantil é necessário, formar professores bilíngues para a Educação Infantil. Para tanto as pesquisadoras defendem que a sala de instrução Libras deve ter um professor bilíngue, ou seja, o profissional graduado em Pedagogia, com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2002). Diferentemente desta proposta vem a inclusão e a AEE que não oferta ao aluno a libertação linguística, mas a aquisição de conhecimento isolado. A obrigatoriedade do profissional bilíngue em sala de aula deveria ser um agente transformador nas instituições formadoras destes profissionais.

Em sua conclusão mais uma vez as pesquisadoras fazem menção a necessidade da aquisição da linguagem a partir metodologia bilíngue da Educação Infantil.

Outra questão essencial que merece destaque é a importância da aquisição de linguagem na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental por crianças surdas, principalmente as filhas de pais ouvintes. Tal proposta só se efetiva com a presença de profissionais especializados para esse atendimento. Apostamos no pedagogo bilíngue (se possíveis surdos) como profissional fundamental para esse processo, nos anos iniciais (CONCEIÇÃO; MARTINS, 2016, p. 23).

A lógica seguida para a iniciação da vida acadêmica do surdo ainda é da educação inclusiva, e não a bilíngue. Não objetivar a formação de professores sobre a perspectiva bilíngue retarda ainda mais processo de promover essa metodologia. Enquanto as instituições de formação de professores, continuarem oferecendo carga horária mínima para o curso de libras na formação acadêmica e não haverá educação bilíngue na Educação Infantil, para todo brasileiro surdo e continuará não havendo direcionamento para alfabetização de crianças surdas, que continuaram seguindo a abordagem do AEE e não salas bilíngues libras/Português.

2.1 Pesquisas na Base de dados do Google Acadêmico

Na busca por aprofundar bibliograficamente esta pesquisa, foi realizada uma busca na plataforma Google Acadêmico que fornece artigos variados relacionados ao tema “Bilinguismo de surdos na Educação Infantil”. Porém, assim como na plataforma CAPS sua grande maioria não contempla o teor desta pesquisa especificamente. Salvo os estudos de Basto e Lourenço (2020), Mo (2007), Klein (2012) e Rocha (2018) que apresentaram pesquisas que contemplam a temática.

Basto et al. (2020) apresentaram no IV CINTEDI a defesa do bilinguismo na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. A pesquisa, de natureza bibliográfica, aborda a educação bilíngue para alunos surdos, assim como sobre a construção da língua de sinais para crianças de educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental no âmbito de escolas bilíngues, permitindo a comunicação de todo no ambiente educativo através das Libras tendo o português como segunda língua. As autoras traçam um apanhado histórico sobre a construção da aprendizagem da pessoa surda desde a antiguidade até o início da educação de surdos no Brasil. A pesquisa possibilita a partir de uma breve contextualização histórica da educação de surdos, descrever a importância da escola bilíngue para alunos surdos da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental.

Após citar renomados historiadores sobre bilinguismo em sua defesa da metodologia, as pesquisadoras afirmam: “Esse modelo de educação bilíngue respeita e valoriza a diferença do surdo na aprendizagem, levando em consideração o modo de o surdo pensar e se expressar” (BASTO et al., 2020, p. 5). Seguindo na defesa no que tange a educação infantil para crianças surdas, o ensino bilíngue se torna essencial, pois através do meio escolar que se iniciará a aquisição da língua que, provavelmente se estenderá para a família. Segundo Basto et al. (2020),

nessa fase as crianças, no contexto bilíngue, convivem com as experiências visuais, tendo a rotina da turma e ambientes sinalizados nas duas línguas.

As pesquisadoras concluem que escola ou classe bilíngue traz benefícios importantes na inclusão social e aprendizagem do surdo, pois assim oferece igualdade de condições e aprendizado efetivo. Havendo escolas bilíngues em que todos saibam Libras ou classes bilíngues em escolas polos, é um ganho, pois o aluno pode pensar, discutir, refletir e criticar em sua própria língua, a Libras. O professor bilíngue deverá utilizar estratégias que propiciem a visualidade e que tenha sentido para o aluno surdo, tornando o aluno protagonista, valorizando o sujeito surdo na aprendizagem de sua língua natural.

A valorização da emancipação do aluno surdo no processo de aquisição da linguagem em escolas bilíngues e a construção da prática pedagógica bilíngue foi relatada por Klein (2012) que escreveu um artigo refletindo sobre sua experiência pedagógica realizada em uma Escola Municipal de Educação Infantil, na turma de 4 a 5 anos em 2010, continuando em 2011 na de 5 a 6 anos. No final do mês de julho de 2010, Klein recebeu uma aluna surda como ela relata, neste evento não tinha certeza de como oferecer um ambiente bilíngue para sua aluna.

As aulas foram ministradas em Libras, sinalizadas e faladas ao mesmo tempo, e a experiência iniciou-se na prática pedagógica nas turmas do jardim I e jardim II. A observação das necessidades da aluna foram o foco das atividades escolares, planejamento, identificação do ambiente a organização das aulas se deu então na língua materna da criança, sua primeira língua: a língua de sinais.

O planejamento das aulas tornou-se essencial, uma vez que era necessário evitar cair na armadilha do ensino de um português apenas sinalizado. Nesse sentido, o elaborar um plano de didático, a auxiliou para que, o processo de aquisição da linguagem fosse o mais natural possível, garantindo um bom resultado. A pesquisadora observa que os profissionais que irão oferecer a educação bilíngue, precisam dominar a língua de sinais para pensar estratégias pedagógicas que atendam à necessidade do aluno. Ressalta também que cabe à instituição organizar e promover oportunidades em que a criança se torne bilíngue, proporcionando contato com outros surdos se reconhecendo parte dessa comunidade.

Dentro das necessidades da aluna observou-se que aluna surda necessitava de um contato mais direto com seus pares, então foi proposto que em seu Atendimento Educacional Especializado (AEE) ela tivesse uma professora surda, a fim de trabalhar melhor as questões de identidade, cultura e especificidades da língua. Segundo Klein (2012, p. 3) “construção de

atividades, elaboração das aulas, a adaptação e criação das histórias sempre foram realizadas em conjunto com a professora do AEE, procurando atender o máximo possível à necessidade linguística da aluna”.

A pesquisadora relata que quando se tem amor e paixão é mais fácil conseguir resultados positivos e diz: “No entanto preciso destacar que não foi a “inclusão do surdo” que oportunizou a essa prática tal conquistas, e sim o ensino baseado na primeira língua da criança surda.” Na conclusão a pesquisadora termina com uma indagação. Essa proposta foi com enfoque bilíngue, e sendo assim pergunto: A escola comum é capaz de oferecer um ambiente bilíngue?

Oferecer um ambiente bilíngue é desafiador dentro do contexto atual de educação de surdos, mas a busca por caminhos que viabilizem essa prática desde a Educação Infantil motivou a defesa de Mo (2007), que apresentou uma proposta bilíngue de educação infantil para crianças Surdas. A pesquisa se deu a partir de observação de uma sala de Educação Infantil numa escola para crianças Surdas da Prefeitura do Município de São Paulo. Por meio do estudo da história da educação dos Surdos, relatos de amigos Surdos e a realidade observada na escola, pode-se constatar qual seria o modelo ideal de educação para os Surdos, levando em consideração sua questão orgânica, que o impede de adquirir naturalmente a língua oral da sociedade, sua identidade e sua cultura.

Sobre a exposição precoce das libras para a criança surda em família e na Educação Infantil, a autora aborda que a educação infantil é um período crítico da aquisição de linguagem para criança surda destacando que para a criança surda não é possível adquirir de forma natural a língua oral, por conta da impossibilidade sensorial que de receber estímulos sonoros. E que a criança surda exposta a Libras desde o nascimento a adquire naturalmente e começa a produzir sinais, em idade proximal em que as crianças ouvintes começam a falar (MO, 2007, p. 30-33).

Uma outra questão, é a caracterização de uma escola da prefeitura para crianças surdas de São Paulo, escola está onde o projeto de bilinguismo tem sido desenvolvido com sucesso segundo a pesquisadora (MO, 2007). A escola tem a libras como primeira língua de seus alunos, trabalha com profissionais capacitados e formados em Educação de Deficientes da Áudio comunicação (EDAC), oferece curso de libras para os pais e familiares, é rica em estímulos visuais. Toda a comunidade escolar buscando uma proposta que realmente fosse bilíngue prática que beneficia a aquisição da língua do surdo e a inserção dessa criança na comunidade surda de forma legítima com informações e participação da comunidade estudantil (MO, 2007).

A pesquisadora defende que a aquisição da linguagem entre 0 e 3 anos é um período crítico, portanto a escola de educação infantil para surdos dentro da proposta bilíngue garante além da aquisição da linguagem em primeira língua do conhecimento e promove a construção de uma identidade surda (MO, 2007, p. 36). Nesta perspectiva, ao oferecer o bilinguismo se anula a deficiência e permite que a criança se desenvolva com qualquer criança ouvinte (MO, 2007). O bilinguismo desenvolve as habilidades e oferece subsídios para o indivíduo retirar o foco da perda quebrando paradigma, tornando a escola um espaço pedagógico, e não clínico (MO, 2007, p. 37). Ao oferecer o modelo de educação no qual a libras é considerada como primeira língua, significa que os conteúdos trabalhados com foco na primeira língua do aluno e o português com segunda língua de escrita.

Ofertar libras como primeira língua, resgata a identidade do indivíduo surdo, sobre o aspecto da marginalização da surdez e da pessoa surda, Rocha (2018) cita que a marginalização das pessoas surdas ainda acontece dentro da inclusão, por isso existe uma necessidade de implantação emergente da educação bilíngue. Embora a pesquisa não se constitui inteiramente numa proposta bilíngue, já que não atende todos os princípios desta perspectiva, apresenta possibilidades para o trabalho docente que, desde sua prática na educação infantil, apresente a seus alunos, surdos e/ou ouvintes, duas línguas legítimas: Libras e Português.

A pesquisadora percebeu a contribuição no bilinguismo na formação linguística, cultural e identitária da pessoa surda, na diminuição de barreiras de comunicação e inserção nos espaços sociais, além da contribuição também na formação das pessoas ouvintes, que mais que aprender uma nova língua e cultura aprendem, desde novas, o respeito às diferenças. A pesquisa bibliográfica se deu no primeiro momento uma discussão teórica, tendo como referencial o modelo social de deficiência (DINIZ, 2011); as perspectivas de Skliar (1999) sobre diferença e normalidade. Em seguida uma apresentação de experiências sobre o ensino de LIBRAS da Educação Infantil. Na última etapa da pesquisa a autora apresenta princípios de uma educação bilíngue e sua contribuição na formação dos sujeitos surdos.

A pesquisa destaca que o pedagogo, não tendo o domínio de Libras ele não vai ensinar a língua em todo seu conjunto, mas possibilitar ao aluno que tenha todo conteúdo trabalhado em sala de aula com os demais alunos interpretados para sua primeira língua, assim como os demais também ganharão com isto quando aprendem também a Libras.

Em sua conclusão, Rocha defende o bilinguismo nos anos iniciais e afirma “Nesta faixa de escolaridade reivindicamos, além de todas as condições necessárias para implementação do

bilinguismo, a intervenção do Pedagogo, que mais que transmitir conhecimentos pensa a educação em seus aspectos pedagógico, social e político” (ROCHA, 2018, p. 9).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca no Periódico Capes e no Google Acadêmico, revelou que a implementação do bilinguismo na educação infantil, ainda se revela uma prática escassa.

Todas as pesquisas encontradas defendem o bilinguismo como melhor modelo de ensino e melhor forma para aquisição da língua para a pessoa surda, e conferem a esta metodologia potencial para tornar o sujeito surdo em protagonista do seu processo educacional, já que este método colabora com a inclusão social do surdo em diversos contextos. Raras apresentam metodologia prática na didática da abordagem e preparação da aula bilingue na Educação Infantil. As pesquisas registradas apontam para desserviço educacional e pedagógico causado pelo não oferecimento do bilinguismo na Educação Infantil para os indivíduos surdos. Fomentam a importância social do bilinguismo não só para o aluno surdo, mas para o aluno ouvinte, já que ambos poderão interagir e exercer a comunicação fora do contexto escolar. Tornando o aluno ouvinte um promotor da Libras e o aluno surdo um protagonista não somente dentro da comunidade surda. Destacam a falta de preparo de professores e profissionais, no atendimento das crianças surdas e ainda no oferecimento da Libras nas entidades de ensino que vise atender dignamente professor e profissionais deslumbrando o decreto Decreto nº 5.626/05, para um atendimento bilingue que corrobore com direito da criança surda.

As pesquisas que apresentaram experiências apontaram que sem esforço multidisciplinar é impossível oferecer educação bilingue. Indicando a necessidade de capacitação contínua de toda a comunidade escolar no conhecimento da Libras, para que pais, alunos professores e toda a equipe escolar cuidem para não falar o português simbólico, mas a Libras como primeira língua a ser ofertada aos alunos a partir da Educação Infantil. Apresentou também uma aversão a versão da escola como espaço terapêutico, mas o fortalecimento da escola como espaço pedagógico bilingue, onde o AEE é utilizado como braço dessa educação para sanar a necessidade individual de cada criança surda.

A carência evidente de um direcionamento para a didática do bilinguismo na Educação Infantil, é oriunda da falta de formação de profissionais capacitados para formulação destas didáticas que atendam o surdo sob a ótica do surdo, onde o professor bilíngue fomente também

ao ouvinte uma nova vertente de aprendizado e conhecimento. Além disso, percebeu-se a ausência de políticas públicas que estruturam de modo sistemático, a implementação de uma educação bilíngue na primeira infância.

REFERÊNCIAS

ALVES, Elizabete Gonçalves; FRASSETTO, Silvana Soriano. **Libras e o desenvolvimento de pessoas surdas**. Revista Aletheia, n. 46, 211 p. 2015.

ARAÚJO, Claudia Campos Machado; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Esferas de atividade simbólica e a construção de conhecimento pela criança surda**. Revista Brasileira de Educação Especial, 01 dezembro, Vol. 14(3), p.427-446. 2008.

BASTO, Monaliza Cristina Toledo, Galucci et al. **A escola bilíngue para surdos na educação infantil e no ensino fundamental I**. Anais IV CINTEDI. Campina Grande: Realize Editora, 2020.

BRASIL. Lei 10.436 de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília/DF, 2002.

CALIXTO, Hector Renan da Silveira; RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. A educação de surdos em Duque de Caxias: marcos históricos. **Periferia**, v. 8, n. 2, p. 45-65, 2016.

CONCEIÇÃO, Bianca Salles; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. **Educação bilíngue de surdos e a possível contribuição da formação em pedagogia: desafios atuais**. **Periferia**, Duque de Caxias/RJ. v. 8, n. 2, p. 66-91, 2016.

DINIZ, Margareth. **Formação Docente para a Diversidade e a Inclusão**. Educação em Foco, v. 14, n. 18, p. 39-55, 2011.

FERREIRA, Michelle Imaculada Otaviani, et al. **“Avaliação Do Vocabulário Expressivo Em Crianças Surdas Usuárias Da Língua Brasileira De Sinais.”** Revista CEFAC, vol. 14, no. 1, p. 09–17. 2012.

GONCALVES, Arlete Marinho. **O Perfil Histórico-Cognitivo de Alunos Surdos: Entre Relatos Experienciais, Emocionais e de Aprendizagem na Família e na Escola**. (Dossier: Special And Inclusive Education). **Periferia**, Vol.9 (1), p.199 (24). 2017.

HARRISON, Kathryn Marie Pacheco. **Língua brasileira de sinais (Libras): apresentando a língua e suas características**. Coleção UAB– UFSCar, p. 51, 2014.

KLEIN, Alessandra. **Prática bilíngue na educação infantil: Libras e português- reflexões de uma prática**. Anais dos Workshops do Congresso Brasileiro de Informática na Educação, [S.l.], nov. ISSN 2316-8889. 2012.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; ALBRES, Neiva de Aquino; DRAGO, Silvana Lucena dos Santos. **Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo**. Educação e Pesquisa, v. 39, n. 1, p. 65-80, 2013.

LACERDA, Cristina broglia feitosa de. **Os processos dialógicos entre aluno surdo e educador ouvinte: Examinando a construção de conhecimento**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Campinas: Unicamp, 1996.

LACERDA, Cristina broglia feitosa de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. Cad. CEDES v.19 n.46 Campinas, 1998.

LANE, Harlan. **A máscara da benevolência: a comunidade surda amordaçada**. São Paulo. Instituto Piaget. 286 p.1997.

LODI, Ana Claudia Balieiro. **Educação Bilíngue para Surdos**. In: Cristina B. F. de Lacerda; Helenice Nakamura; Maria Cecília Lima. (Org.). Fonoaudiologia: Surdez e Abordagem Bilíngue. 1ªed. São Paulo: Plexus, 2000.

MARQUES, Hivi de Castro Ruiz; BARROCO; Sonia Mari Shima; SILVA, Tânia dos Santos Alvarez da. **O Ensino da Língua Brasileira de Sinais na Educação Infantil para Crianças Ouvintes e Surdas: Considerações com Base na Psicologia Histórico-Cultural** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 19, n. 4, p. 503-518, Out.-Dez., 2013.

MO, Danielle Ka Mey. **Uma proposta bilíngue de educação infantil para surdos**. 2007. 41 f. (Trabalho de Conclusão de Curso - TCC) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MONTEIRO, R.M.G. **Tenho pais surdos e agora? Trajetória de ouvintes filhos de surdos**. 2020.xiii, 260 f., il. Tese (Doutorado em Processo de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

QUADROS, Ronice Müller. Educação de Surdos:Aquisição da Linguagem. 1ª. **Edição**. Porto Alegre. P. 27. 1997.

ROCHA, Valmici Musquine de Brito et al. **Em defesa de uma educação bilíngue a partir da educação infantil**. Anais III CINTEDI. Campina Grande: Realize Editora, 2018.

SKLIAR, Carlos. **A invenção e a exclusão da alteridade" deficiente" a partir dos significados da normalidade**. Educação & Realidade, v. 24, n. 2, 1999.

STREIECHEN, Eliziane Manosso et al. **Pedagogia surda e bilinguismo: pontos e contrapontos na perspectiva de uma educação inclusiva**. Acta Scientiarum. Education, v. 39, n. 1, p. 91-101, 2017.

LINK DO VÍDEO: <https://youtu.be/nud4hnpSBSA>